



Diário Oficial

Estado de Roraima

Suely Campos - Governadora

Poder Executivo



Edição Nº. 3160

Boa Vista, terça-feira, 16 de janeiro de 2018

www.imprensaoficial.rr.gov.br

PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIADO

FREDERICO BASTOS LINHARES

Secretário-Chefe da Casa Civil

MARCELO DE LIMA LOPES

Secretário de Estado Extraordinária de Gabinete Institucional

CEL QOCPM MAGALHÃES JOSÉ DAMASCENO

Secretário-Chefe da Casa Militar

DANIELLE SILVA RIBEIRO CAMPOS ARAÚJO

Secretária de Estado da Representação do Governo de Roraima em Brasília

ALINE MARIA DE MENEZES REZENDE CHAGAS

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

GUSTAVO ABREU VIEIRA

Secretário de Estado de Comunicação Social

AURÉLIO TADEU MENEZES CANTUÁRIA JÚNIOR

Procurador-Geral do Estado

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

JOSÉ GOMES DA SILVA

Secretário de Estado da Educação e Desportos

SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI

Secretária de Estado da Cultura

EMÍLIA SILVA RIBEIRO CAMPOS DOS SANTOS

Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social

GIULIANA NICOLINO DE CASTRO LIMA

Secretária de Estado da Segurança Pública

Cel. RONAN MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

KLEBER COUTINHO JOSUÁ

Secretário de Estado da Fazenda

PAULO BASTOS LINHARES

Secretário de Estado da Saúde

GREGÓRIO ALMEIDA JÚNIOR

Secretário de Estado da Infraestrutura

GILZIMAR DE ALMEIDA BARBOSA

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

DILSON DOMENTE INGARICÓ

Secretário de Estado do Índio

SANDRO DENIS DE SOUZA CRUZ

Secretário de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana

SUMÁRIO

Vice-Governadoria do Estado.....	1
Procuradoria Geral do Estado.....	1
Secretaria de Estado de Comunicação Social.....	2
Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.....	3
Secretaria de Estado da Educação e Desportos.....	4
Secretaria de Estado da Fazenda.....	18
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	18
Secretaria de Estado da Segurança Pública.....	21
Secretaria de Estado da Infraestrutura.....	21
Polícia Civil.....	21
Polícia Militar.....	21
Corpo de bombeiros Militar de Roraima.....	21
Universidade Estadual de Roraima.....	22
Universidade Virtual de Roraima.....	22
Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	22
Instituto de Previdência do Estado de Roraima.....	25
Instituto de Terras e Colonização de Roraima.....	26
Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima.....	27
Companhia de Desenvolvimento de Roraima.....	27
Ministério Público de Roraima.....	27
Defensoria Pública do Estado de Roraima.....	29
Atos do Poder Legislativo.....	30
Tribunal de Contas do Estado do Estado.....	30
Prefeituras.....	30
Outras Publicações.....	30

Esta edição circula com 30 páginas

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Rua Coronel Pinto, 210 - Centro CEP - 69.301-150

ROOSEVELTH MATOS DA SILVA

Diretor do Departamento de Imprensa Oficial

IVONETE LIMA DA SILVA

Gerente do Núcleo de Custos e Distribuição

ROBINSON BRENO MENDES TORREIAS

Gerente do Núcleo de Publicação e Artes Gráficas

JENER CAVALCANTE RAMALHO

Revisão

MATÉRIAS/PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial, são de inteira responsabilidade de seus emitentes, secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas, economia mista e prefeituras. As mesmas deverão estar gravadas em CD ou PenDrive, no programa Microsoft Word – Extensão DOC – Fonte Times New Roman – Tamanho 9pt. Estilo – Normal, Parágrafo – Exatamente 9pt. Não utilizar marcação, numeração ou tabulação. Os arquivos não devem conter cabeçalhos nem rodapés. O conteúdo dos mesmos deverão estar impressos em papel para serem devidamente calculados, conferidos e protocolados e ser entregues à rua Coronel Pinto, nº 210, Centro, Boa Vista-RR. CEP: 69.301-150

PREÇOS PARA PUBLICAÇÕES

Empresas Públicas – Fundações – Economias Mistas Autarquias Estaduais – Prefeituras
Preço por cm de coluna.....RS: 6,00
Outras Publicações Preço por cm de coluna.....RS: 8,00

Vice-Governadoria do Estado

Vice-Governador: Paulo César Justo Quartiero

PORTARIA Nº. 007/2018/GAB/ VICE GOVERNADORIA

O VICE GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o contido na Portaria nº 034/2017 publicado no DOE nº 3133 de 05/12/2017. RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir do dia 04/01/2018, as férias regulamentares da Servidora Estadual de Cargo Comissionado SABRINA ROMEIRO SILVEIRA, matrícula nº 026000012, Secretária Executiva do Vice Governador, concedida por meio da Portaria nº 034/2017, publicado no DOE nº 3133 de 05/12/2018, no período de 04/01 a 02/02/2018, referente ao exercício de 2018, ficando os 30 (trinta) dias, a serem gozados posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Vice Governador, Boa Vista/RR, 15 de Janeiro de 2018 PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO

Vice Governador do Estado de Roraima

Procuradoria Geral do Estado

Procurador Geral: Aurélio Tadeu Menezes Cantuária Júnior

PORTARIA Nº. 019-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO 001-PGE-PROCURADORIA DE PESSOAL, de 08.01.2018. RESOLVE,

Art. 1º Suspender o gozo do 2º e último período de férias referente ao período aquisitivo de 2016/2017 do Procurador do Estado ANDRÉ ELYSIO CAMPOS BARBOSA, Chefe da Procuradoria de Pessoal – FDAS-V, matrícula nº 043006049, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 591-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 27.11.2017, para serem usufruídas em data mais oportuna.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a contar de 08.01.2018.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 10 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº020-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO 001-PGE-PROCURADORIA DE PESSOAL, de 08.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Suspender o gozo do 1º período de férias referente ao período aquisitivo de 2017/2018 do Procurador do Estado ANDRÉ ELYSIO CAMPOS BARBOSA, Chefe da Procuradoria de Pessoal – FDAS-V, matrícula nº 043006049, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 592-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 27.11.2017, para serem usufruídas em data mais oportuna.

Art. 2º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 10 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 021-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO Nº 003/18/GAB/PGE/RR, de 08.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Suspender o gozo do 1º período de férias, relativas à 2016/2017 da servidora MARIA ALCIVANA ALVES PESSOA, Secretária de Núcleo – FAI-II, matrícula nº 020077423, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 589-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 28.11.2017, para serem usufruídas em data mais oportuna.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 08.01.2018.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 08 de janeiro de 2017.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº022-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO/CA/PGE Nº 01/2018, de 03.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA COSTA AZEVEDO, Assessor Especializado CNES-III, matrícula nº 020099461, 10(dez) dias de férias, 1º período, de 21FEV18 a 02MAR28, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 10 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 023-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMORANDO Nº 8/2018 – GAB/PGE/RR, de 09.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Suspender o gozo do 3º e último período de férias referente ao período aquisitivo de 2015/2016 da servidora YONARA CARLA PINHO DE MELO, Secretária Executiva/Assessora Especializada de Procuradoria - CNES-III, matrículas nºs 040002697/020112725, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 641-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 20.12.2017, para serem usufruídas em data mais oportuna.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a contar de 02.01.2018.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 15 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 024-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMORANDO Nº 8/2018 – GAB/PGE/RR, de 09.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Suspender o gozo do 1º período de férias referente ao período aquisitivo de 2016/2017 da servidora YONARA CARLA PINHO DE MELO, Secretária Executiva/Assessora Especializada de Procuradoria - CNES-III, matrícula nºs 040002697/020112725, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 642-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 20.12.2017, para serem usufruídas em data mais oportuna.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a contar de 08.01.2018.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 15 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 025-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO Nº 003/18/CF/PGE-RR, de 08.01.2018;

Considerando o Art.31-D da Lei Complementar nº 71/2003;

Considerando a PORTARIA Nº 163-P/2017/GAB/PGE/RR, de 19.12.2017, e

Considerando o teor expresso no PROVIMENTO CONJUNTO/GAB/PGE/CORREGEDORIA Nº 001/2016.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder ao Procurador do Estado JOÃO ROBERTO ARAÚJO, matrícula nº 043002908, Coordenador Fiscal – FDAS-IV, 18 (dezoito) dias de recesso forense, a serem usufruídos no período de 20FEV18 a 09MAR18, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 15 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 026-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA-EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO Nº 003/18/CF/PGE-RR, de 08.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Alterar o gozo do 2º e último período de férias referente ao período aquisitivo de 2016/2017 do Procurador do Estado JOÃO ROBERTO ARAÚJO, Coordenador Fiscal - FDAS-IV, matrícula nº 043002908, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 645-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 20.12.2017, para 12 (doze) dias de férias, 2º período, de 17MAR18 a 28MAR18 e 13 (treze) dias de férias, 3º e último período, a serem usufruídos de 07ABR18 a 19ABR18.

Art. 2º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 15 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 027-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO Nº 003/18/CF/PGE-RR, de 08.01.2018.

RESOLVE,

Art. 1º Alterar o gozo das férias referente ao período aquisitivo de 2017/2018 do Procurador do Estado JOÃO ROBERTO ARAÚJO, Coordenador Fiscal - FDAS-IV, matrícula nº 043002908, concedidas anteriormente pela PORTARIA Nº 649-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 20.11.2017, para 05 (cinco) dias de férias, 1º período, de 23ABR18 a 27ABR18; 12 (doze) dias de férias, 2º período, de 07MAI18 a 18MAI18 e 13 (treze) dias de férias, 3º e último período, a serem usufruídos de 26MAI18 a 07JUN18.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 15 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

PORTARIA Nº 028-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR.

O PROCURADOR - GERAL ADJUNTO DO ESTADO DE RORAIMA – EM EXERCÍCIO, no uso da delegação conferida pela PORTARIA Nº 001-N/2015/GAB/PROGE/RR, datada de 24 de abril de 2015,

Considerando o teor expresso no MEMO/PDA/PGE-RR Nº 016/2018 de 05.01.2018.

Considerando o teor expresso na PORTARIA Nº 525-P/2017/GAB/ADJ/PGE/RR, de 19.10.2017.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora LORENA ALCANTARA VILARINHO DE ANDRADE, Assistente Administrativo/Assistente de Gabinete-CDI-II, matrículas nºs 043001533/020112943, para responder cumulativamente como Diretora do Departamento de Parcelamento e Dívida Ativa – CNES-II, durante o gozo do 3º e último período de férias, de 08JAN18 a 17JAN18 da titular ROSIMEIRE MACIEL BARBOSA, relativas ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 016-P/GAB/ADJ/PGE/RR, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3157, de 11.01.2018.

Art. 3º Esta portaria retroage seus efeitos a contar de 08.01.2018.

Art. 4º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 16 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

ERRATA

Retificação da publicação no Diário Oficial do Estado nº 3151, de 03.01.2018, referente à PORTARIA Nº 008-P/2018/GAB/ADJ/PGE/RR, datada de 02.01.2018.

Onde se lê:

... de 21FEV18 a 02MAR28,

Leia-se:

... de 21FEV18 a 08MAR18.

Boa Vista (RR), 12 de janeiro de 2018.

ERNANI BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Procurador-Geral Adjunto do Estado

-em exercício-

Secretaria de Estado de Comunicação Social

Secretário: Gustavo Abreu Vieira

PORTARIA Nº008/2018/UGAM/SECOM

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta da portaria de nº 254/2017/UGAM/SECOM, que trata da concessão de férias;

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER, por extrema necessidade do serviço, o usufruto de férias referente ao exercício de 2018, do servidor EIDES ANTONIO ANTONELI matrícula nº 20096459, – Cargo de Direção Intermediária – CDI-III - Assistente de Produção e Mídia da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Roraima, programadas para o período de 1º a 30.01.2018, ficando para serem usufruídas no período de 1º a 30 de março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 1º de janeiro de 2018. Gabinete do Secretário de Comunicação Social, Boa Vista/RR, 15 de janeiro de 2018.

GUSTAVO ABREU VIEIRA

Secretário de Comunicação Social

do Governo do Estado de Roraima

projeto, sem, no entanto, conferir direito de uso do recurso hídrico a ser obtido com a outorga;
V – outorgado: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, titular do direito de implantação e regularização de barragem, com direitos e obrigações decorrentes do ato de outorga;
VI – representante legal: pessoa física designada como responsável legal perante a FEMARH por barragem que tenha o requerimento de registro ou outorga em nome de associação, condomínio, cooperativa ou qualquer outra entidade representativa;
VII – requerente: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que pleiteia o registro ou outorga para implantação e regularização de barragem;
VIII – reservatório: acumulação não natural de água, de substâncias líquidas ou de mistura de líquidos e sólidos;
IX – Volume do reservatório: É o volume total do material, líquido e/ou sólido, depositado após a construção da barragem e durante os possíveis alteamentos, nele incluindo o material de assoreamento, vinculado ou não às atividades do empreendimento. Para isto, sempre se deve tomar como base a topografia da fundação do reservatório.
X – usuário: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que faça uso de recursos hídricos;
XI – vazão mínima remanescente: a menor vazão a ser mantida no curso de água à jusante de uma seção de controle ou de uma barragem, preservando os usos múltiplos de recursos.
XII – dano potencial associado: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, podendo ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e impactos sociais, econômicos e ambientais;
XIII – risco: Probabilidade e severidade de um efeito adverso para a saúde, para a propriedade ou para o meio ambiente. O risco é avaliado em função das condições de implantação da barragem e da eficácia do sistema de gestão.
XIV – Porte da barragem e porte do reservatório: O porte de uma barragem é determinado pela sua altura e o porte de um reservatório é determinado pelo seu volume, conforme o Quadro 1:
Quadro 1 – Critérios para definição do porte da barragem e do porte do reservatório

Porte da Barragem	Altura da Barragem H (m)	Porte do Reservatório	Volume do Reservatório Vr (m³)
Pequeno	3 < H < 10	Pequeno	Vr < 300.000
Médio	10 <= H <= 15	Médio	300.000 <= Vr <= 3.000.000
Grande	H > 15	Grande	Vr > 3.000.000

TÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO DAS BARRAGENS

SEÇÃO I

Da Classificação Quanto à Categoria de Risco

Art. 4º - Para a classificação de barragens quanto à Categoria de Risco - CRI, considerar-se-á os aspectos da barragem que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente, observando-se todos os elementos especificados nos Quadros 1, 2 e 3, do Anexo 2, desta Instrução.

§ 1º - O empreendedor deverá apresentar a FEMARH todas as informações previstas no “caput” deste artigo.

§ 2º - A FEMARH aplicará a pontuação máxima para os itens não informados pelo empreendedor

SEÇÃO II

Da Classificação Quanto ao Dano Potencial Associado

Art. 5º - Os critérios gerais a serem utilizados para classificação quanto ao Dano Potencial Associado – DPA, na área afetada, são os especificados no Anexo 1, desta Instrução.

§ 1º - A época da classificação levar-se-á em consideração a condição atual de uso e ocupação do solo.

§ 2º - O empreendedor deverá apresentar a FEMARH todas as informações previstas no “caput” deste artigo.

§ 3º - A FEMARH aplicará a pontuação máxima para os itens não informados pelo empreendedor.

Art. 6º - As barragens fiscalizadas pela FEMARH serão classificadas em classes, segundo categoria de risco, dano potencial associado e volume do correspondente reservatório, em acordo com a matriz de classificação disposta na Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz de Classificação de Barramentos de Água

Categoria de Risco	Dano potencial associado		
	Alto	Médio	Baixo
Alto	A	A	B
Médio	A	B	C
Baixo	A	B	C

§1º A classificação de risco será obrigatória para barragens que se enquadrem nas características especificadas na Lei Federal 12.334/2010 ou classificadas com Dano Potencial Associado Médio ou Alto.

§2º As barragens que armazenam rejeitos ou resíduos sólidos classificados como Classe I - Perigosos ou Classe II A - Não Inertes segundo a NBR 10.004/2004 deverão obedecer às normas da ABNT pertinentes.

§3º O empreendedor poderá solicitar revisão da classificação a que se refere o caput, devendo, para tanto, apresentar estudo comprobatório.

TÍTULO VI

DO PLANO DE SEGURANÇA

SEÇÃO I

Da Estrutura e do Conteúdo

Art. 7º - O Plano de Segurança da Barragem será composto por 4 (quatro) volumes, cujo conteúdo mínimo observará ao estabelecido no Anexo 4, desta Instrução.

Artigo 7º - A abrangência do Plano de Segurança da Barragem será definida em função da Matriz de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado, constante na Tabela 1 desta Instrução, sendo:

I – Classe A e B: Volumes I, II, III e IV

II – Classe C: Volumes I, II e IV

Parágrafo único – A FEMARH poderá determinar a elaboração do Volume III – Plano de Ação de Emergência - PAE, sempre que considerar necessário, independente da classe da barragem.

§ 1º Para barragens classificadas como categoria A, deverá ser elaborado estudo de rompimento e propagação da cheia associada.

§ 2º Barragens classificadas como A, devem ter seus Planos de Segurança elaborados em até um ano.

SEÇÃO II

Da Elaboração e Atualização do Plano de Segurança da Barragem

Art. 8º - O Plano de Segurança da Barragem deverá ser elaborado até o início da operação da barragem, a partir de quando deverá estar disponível para utilização pela Equipe de Segurança de Barragem.

Art. 9º - No caso de barragem existente, o Plano de Segurança da Barragem deverá estar disponível para utilização pela Equipe de Segurança de Barragem, após aprovação da FEMARH. Parágrafo único - O Plano de Segurança de Barragem deverá estar disponível no local da barragem, na sede da defesa civil municipal e na sede do Empreendedor.

Art. 10º - A medida que ocorrerem as atividades de operação, monitoramento, manutenção, bem como de inspeções regulares e especiais, os respectivos registros devem ser inseridos no Volume II – Planos e Procedimentos do Plano de Segurança da Barragem -, do Anexo 4. § 1º - O empreendedor deverá realizar, no mínimo, uma inspeção regular a cada 02 (dois) anos.

§ 2º - O empreendedor deverá realizar as inspeções especiais sempre que ocorrer incidente com a barragem.

Art. 11º - O Plano de Segurança da Barragem deverá ser atualizado em decorrência das inspeções regulares e especiais e das Revisões Periódicas de Segurança da Barragem, incorporando

suas exigências e recomendações.

Parágrafo único – Todas as atualizações a que se refere o “caput” deverão ser anotadas e assinadas em folha de controle de alterações, que deverá fazer parte dos volumes respectivos.

TÍTULO V

Revisão Periódica de Segurança da Barragem

SEÇÃO I

Da Estrutura e do Conteúdo Mínimo

Art. 12º - A Revisão Periódica, parte integrante do Plano de Segurança da Barragem, tem por objetivo verificar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização de dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e a jusante da barragem.

Art. 13º - As inspeções de segurança serão realizadas segundo critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 01 de 13 de Março de 2017, regulamentada pela FEMARH.

Art. 14º - Altera-se o Artigo 4, Capítulo II da Instrução Normativa 001/2017 para:

Art. 15º - As inspeções de Segurança Regulares de Barragem terão periodicidade definida em função da classificação realizada pela FEMARH em termos de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado das barragens, e deverão ser realizadas pelo empreendedor durante os ciclos de inspeções, conforme periodicidades mínimas, a seguir:

I – Classe A: a cada 2 (dois) anos;

II – Classe B: a cada 4 (quatro) anos;

III – Classe C: a cada 6 (seis) anos;

§ 1º - a FEMARH poderá, mediante ato devidamente motivado, exigir inspeções de segurança regulares complementares as definidas neste artigo sempre que houver razões que as justifiquem.

§ 2º - As inspeções de segurança regulares subsequentes cuja periodicidade seja bianual ou superior deverão ser executadas em Ciclos de Inspeções distintos.

§ 3º A classificação inicial dos barramentos nos cursos d’água de domínio estadual são de responsabilidade da FEMARH, conforme artigo 7 da Legislação Federal 12.334/2010.

TÍTULO VI

Disposições Finais

SEÇÃO I

Da Qualificação do Responsável pela Elaboração do Plano de Segurança da Barragem e pela Revisão Periódica de Segurança da Barragem

Art. 16º - O responsável técnico pela elaboração do Plano de Segurança de Barragem e pela Revisão Periódica deverá ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, com atribuições profissionais para projeto, construção, operação ou manutenção de barragens, compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

§ 1º - O Plano e a Revisão Periódica de Segurança de Barragem deverão ser realizados por equipe multidisciplinar com competência nas diversas especialidades que envolvam a segurança de barragem,

§ 2º - A equipe mencionada no “caput”, deste artigo poderá ser formada por integrantes do quadro de pessoal do empreendedor ou pertencer a empresa externa contratada para esse fim.

SEÇÃO II

Dos Pré-Requisitos

Art. 17º - Para atendimento desta Instrução Normativa, as barragens deverão estar devidamente cadastradas e outorgadas pela FEMARH.

Art. 18º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º - O empreendedor deverá efetuar junto ao Conselho Profissional competente o registro dos projetos de engenharia, de execução de obras e relatórios técnicos das barragens existentes nas suas instalações industriais, e apresentar ao órgão ambiental competente cópia da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, com identificação dos profissionais responsáveis pelo projeto, obra ou serviço.

Art. 20º - Os proprietários do empreendimento são responsáveis pela implantação de procedimentos de segurança nas fases de projeto, implantação, operação, fechamento das barragens decorrentes de suas atividades.

Art. 21º - As atividades dos órgãos com atribuições de fiscalização não eximem os proprietários de empreendimentos da total responsabilidade pela segurança das barragens e reservatórios existentes nos seus empreendimentos, bem como das consequências pelo seu mau funcionamento.

Art. 22º - Os proprietários de empreendimentos que possuem barragens de contenção de rejeitos, de resíduos ou reservatórios de água, que ainda não atenderam ao disposto nesta Instrução, deverão enviar a Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima, até o dia 31 de janeiro de 2018, o Formulário para Cadastro de Barragens contido no Anexo 5, devidamente preenchido.

§ 1º: Os empreendedores que já preencheram o Formulário para Cadastro de Barragens contido no Anexo 5, deverão complementar as informações relativas aos itens 2, 6, 10 e 11 do referido formulário, enviando-as a Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima no prazo definido no caput desse artigo.

§ 2º: O não atendimento da solicitação de informações previstas no caput deste artigo sujeitará o empreendimento à penalidade previstas na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Art. 49.

VII - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;

VIII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinenti, no seu atual estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

Volume Total do Reservatório (a)	Potencial de perdas de vidas humanas (b)	Impacto ambiental (c)	Impacto socioeconômico (d)
Pequeno < 300.000 m³ (1)	INEXISTENTE (não existem pessoas permanentes/residentes ou temporárias/transitando na área afetada a jusante da barragem) (b)	SIGNIFICATIVO (área afetada da barragem não representa área de interesse ambiental, áreas protegidas em legislação específica ou encontra-se totalmente descaracterizada de suas condições naturais) (3)	INEXISTENTE (não existem quaisquer instalações e serviços de navegação na área afetada por acidente da barragem) (d)

Medio 300.000 m² a 3 milhões m² (2)	POUCO FREQUENTE (não existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, mas existe estrada vicinal de uso local) (4)	MUITO SIGNIFICATIVO (área afetada da barragem apresenta interesse ambiental relevante ou protegida em legislação específica) (5)	BAIXO (existe pequena concentração de instalações residenciais e comerciais, agrícolas, industriais ou de infraestrutura na área afetada da barragem ou instalações portuárias ou serviços de navegação) (4)
Grande 3 a 20 milhões m² (3)	FREQUENTE (não existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, mas existe rodovia municipal, estadual, federal ou outro local e/ou empreendimento de permanência eventual de pessoas que poderão ser atingidas) (6)	-	ALTO (existe grande concentração de instalações residenciais e comerciais, agrícolas, industriais, de infraestrutura e serviços de lazer e turismo na área afetada da barragem ou instalações portuárias ou serviços de navegação) (8)
Muito Grande > 20 milhões m² (5)	EXISTENTE (existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, portanto, vidas humanas poderão ser atingidas) (12)	-	-
Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação

§ 2º No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos [arts. 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas](#), sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º Da aplicação das sanções previstas neste título caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 4º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 23º - A FEMARH procederá à consolidação, tratamento dos dados e classificação das barragens, baseada nas informações do Formulário para Cadastro de Barragens e em conformidade com os critérios de classificação definidos nesta Instrução.

§ 1º: O prazo anual para conclusão dos trabalhos pela FEMARH será de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Instrução.

§ 2º: A FEMARH deverá estabelecer critérios para a delimitação da área a jusante da barragem.

§ 3º: Após a classificação das barragens a FEMARH comunicará ao empreendedor quanto às providências necessárias para a adequação dos procedimentos de segurança a serem adotados em cada barragem, conforme os requisitos previstos nesta Instrução, estabelecendo inclusive os prazos para sua implementação.

Boa Vista/RR, 20 de dezembro de 2017.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Presidente Interina da FEMARH

Anexo 1
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO DANO POTENCIAL ASSOCIADO – DPA (ACUMULAÇÃO DE ÁGUA)

Confiabilidade das Estruturas e Estravassoras (g)	Confiabilidade das Estruturas de Adação (h)	Percolação (i)	Deformações e Recalques (j)	Deterioração dos Taludes / Paramentos (k)	Eclusa (*) (l)
Estruturas civis e hidroelétricas em pleno funcionamento / canais de aproximação ou de restrição ou vertedouro (tipo soleira livre) desobstruídos (0)	Estruturas civis e dispositivos hidroelétricos em condições adequadas de manutenção e funcionamento (0)	Percolação totalmente controlada pelo sistema de drenagem (0)	Inexistente (0)	Inexistente (0)	Não possui eclusa (0)
Estruturas civis e hidroelétricas preparadas para a operação, mas sem fontes de suprimento de energia de emergência / canais ou vertedouro (tipo soleira livre) com erosões ou obstruções, porém sem riscos a estrutura vertente. (4)	Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados, com redução de capacidade de vazão e com medidas corretivas em implantação (4)	Unidade ou surgência nas áreas de jusante, paramentos, taludes ou ombreiras estabilizadas e/ou monitoradas (3)	Existência de trincas e abatimentos de pequena extensão e impacto nulo (1)	Falhas na proteção dos taludes e paramentos, presença de arbustos de pequena extensão e impacto nulo. (1)	Estruturas civis e hidroelétricas bem mantidas e funcionando (1)
Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados, com redução de capacidade de vazão e com medidas corretivas em implantação / canais ou vertedouro (tipo soleira livre) com erosões e/ou parcialmente obstruídos, com risco de comprometimento da estrutura vertente. (7)	Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados, com redução de capacidade de vazão e com medidas corretivas em implantação (6)	Unidade ou surgência nas áreas de jusante, paramentos, taludes ou ombreiras sem tratamento ou em fase de diagnóstico (5)	Existência de trincas e abatimentos de grande considerável extensão e necessidade de estudos adicionais ou monitoramento (5)	Erosões superficiais, ferragem exposta, crescimento de vegetação generalizada, gerando necessidade de monitoramento ou atuação corretiva (5)	Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados e com medidas corretivas em implantação (2)
Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados, com redução de capacidade de vazão e com medidas corretivas em implantação / canais ou vertedouro (tipo soleira livre) obstruídos ou com estruturas danificadas (10)	-	Surgência nas áreas de jusante, paramentos, taludes ou ombreiras com carregamento de material ou com vazão crescente (8)	Existência de trincas, abatimentos ou escorregamentos expressivos, com potencial de comprometimento da segurança (8)	Depressões acentuadas nos taludes, escorregamentos, sulcos profundos de erosão, com potencial de comprometimento da segurança (7)	Estruturas civis comprometidas ou dispositivos hidroelétricos com problemas identificados e sem medidas corretivas (4)
Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação

DPA = Σ (a até d):

Anexo 2
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CATEGORIA DE RISCO (ACUMULAÇÃO DE ÁGUA)
1 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS – CT

Altura (a)	Comprimento (b)	Tipo de Barragem quanto ao material de construção (c)	Tipo de fundação (d)	Idade da Barragem (e)	Vazão de Projeto (f)
Altura ≤ 2m (0)	comprimento ≤ 200m (2)	Concreto convencional (1)	Rocha sã (1)	entre 30 e 50 anos (1)	CMP (Cheia Máxima Provável) ou Decamillar (3)
2m < Altura < 10 m (3)	Comprimento > 200m (3)	Alvenaria de pedra / concreto cíclico / concreto rolado - CCR (2)	Rocha alterada dura com tratamento (2)	entre 10 e 30 anos (2)	Milunar (5)

10 m ≤ Altura ≤ 15 m (2)	-	Terra homogênea / enrocamento / terra enrocamento (3)	Rocha alterada sem tratamento / rocha alterada fraturada com tratamento (3)	entre 5 e 10 anos (3)	TR = 500 anos (8)
Altura > 15m (3)	-	-	Rocha alterada mole / saprolito / solo compacto (4)	< 5 anos ou > 50 anos ou sem informação (4)	TR < 500 anos ou Desconhecida / Estudo não confiável (10)
-	-	-	Solo residual / aluvião (5)	-	-
Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação

CT = Σ (a até f):

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CATEGORIA DE RISCO (ACUMULAÇÃO DE ÁGUA)
2 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO - EC

EC = Σ (g até l):

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CATEGORIA DE RISCO (ACUMULAÇÃO DE ÁGUA)
3 - PLANO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - PS

Existência de documentação de projeto (n)	Estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de Segurança da Barragem (o)	Procedimentos de roteiros de inspeções de segurança e de monitoramento (p)	Regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem (q)	Relatórios de inspeção de segurança com análise e interpretação (r)
Projeto executivo e "como construído" (0)	Possui estrutura organizacional com técnico responsável pela segurança da barragem (0)	Possui e aplica procedimentos de inspeção e monitoramento (0)	Sim ou Vertedouro tipo soleira livre (0)	Emitte regularmente os relatórios (0)
Projeto executivo ou "como construído" (2)	Possui técnico responsável pela segurança da barragem (4)	Possui e aplica apenas procedimentos de inspeção (3)	Não (6)	Emitte os relatórios sem periodicidade (3)
Projeto básico (4)	Não possui estrutura organizacional e responsável técnico pela segurança da barragem (8)	Possui e não aplica procedimentos de inspeção e monitoramento (5)	-	Não emite os relatórios (5)
Anteprojeto ou Projeto conceitual (6)	-	Não possui e não aplica procedimentos para monitoramento e inspeções (6)	-	-
inexiste documentação de projeto (8)	-	-	-	-
Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação

PS = Σ (a até r):

Anexo 3
QUADRO PARA CLASSIFICAÇÃO DAS BARRAGENS DE ACUMULAÇÃO DE ÁGUA

Nome da Barragem			
Nome do Empreendedor			
Data			
Categoria de Risco	Pontos		
1	Características Técnicas (CT)	> = 60 ou EC > = 8 (*)	
2	Estado de Conservação (EC)	35 a 60	
3	Plano de Segurança de Barragens (PS)	< = 35	
PONTUAÇÃO TOTAL (CRI) = CT + EC + PS			
Faixas de Classificação	CATEGORIA DE RISCO		CRI
	ALTO	> = 60 ou EC > = 8 (*)	
	MEDIO	35 a 60	
	BAIXO	< = 35	

RG.: / CPF: _____

ANEXO 4
Conteúdo mínimo de Plano de Segurança de Barragem
Volume I – Informações gerais
1. Informações gerais
1.1. Identificação do Empreendedor
1.2. Histórico do Empreendimento e sua finalidade
1.3. Caracterização do Empreendimento

- 1.4. Ficha Técnica do Empreendimento
1.5. Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes
1.6. Estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe técnica de segurança da barragem
1.7 Declaração da classificação da barragem quanto à categoria de risco e dano potencial (Anexo I e seus quadros)
2. Documentação Técnica e Legal
2.1. Projetos existentes
2.2. “Como construído” (As Built)
2.3. Licenças Ambientais, outorgas e demais Autorizações Legais
Volume II – Planos e Procedimentos
1. Para Barragens com vertedores operados com comportas
1.1. Plano de operação das comportas
1.1.1. Regra operacional
1.1.2. Procedimentos para atendimento às regras operacionais definidas pelo empreendedor ou por entidade responsável
1.2. Planejamento das manutenções
1.3. Plano de monitoramento e instrumentação
1.4. Planejamento das inspeções de segurança da barragem
1.5. Cronograma de testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos
1.6. Registros de operação, manutenção, monitoramento e instrumentação
1.7. Fichas e relatórios de Inspeção de Segurança de Barragens, acompanhado de relatório fotográfico.
2. Para Barragens com vertedores de superfície de Soleira Livre (sem comportas)
2.1. Planejamento das manutenções
2.2. Plano de monitoramento e instrumentação
2.3. Planejamento das inspeções de segurança de barragem
2.4. Fichas e Relatórios de Inspeções de Segurança de Barragem, acompanhado de relatório fotográfico.
Volume III – Plano de Ação de Emergência – PAE
1. Identificação e análise das possíveis situações de emergência
2. Procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento ou de condições potenciais de ruptura da barragem
3. Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência, com indicação do responsável pela ação
4. Estratégia e meio de divulgação e alerta para as comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência
Volume IV
Tomo I – Revisão Periódica de Segurança da Barragem
1. Resultado de inspeção detalhada e adequada do local da barragem e de suas estruturas associadas, acompanhado de relatórios fotográfico e filmagem descrevendo a situação da barragem.
2. Reavaliação da segurança hidrológica do Barramento
3. Reavaliação do PAE, quando for o caso
4. Revisão dos relatórios das revisões periódicas de segurança de barragens anteriores
5. Relatório final do Estudo, acompanhado do relatório fotográfico da situação atual do barramento e de vídeo descrevendo as correções e manutenção realizada.
Tomo 2 – Resumo Executivo
1. Identificação da barragem e empreendedor;
2. Identificação do autor do trabalho;
3. Período de realização do trabalho;
4. Listagem dos estudos realizados;
5. Conclusões;
6. Recomendações;
7. Plano de ação de melhoria e cronograma de implantação das ações indicadas no trabalho
ANEXO 5 FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE BARRAGENS

CADASTRO DE BARRAGENS DE REJEITO, DE RESÍDUOS E DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA									
1- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO									
Empresa/Proprietário:									
Endereço (rua, av., n°):									
Denominação da barragem:									
Possui Processo no FEMARIE: () Não () Sim (informar o número):									
Município:					Gleba:				
Coordenadas geográficas (latitude/longitude)(Datum Sirgas 2000)					Coordenadas geográficas (UTM)				
O	G:	M:	S:	X:	Y:				
N	G:	M:	S:	Fonte:	Ano:				
Telefone para contato: ()				Fax: ()		Correio eletrônico:			
Bacia hidrográfica: Sub bacia:									
Curso d'água mais próximo:									
2- TIPO DE BARRAGEM () Rejeito () Resíduo Industrial () Reservatório de Água									
3- SITUAÇÃO									
Projeto ()		Construção ()		Operação ()		Alcance ()		Abandono ()	
Início de operação ou previsão : / /					Final de operação ou previsão : / /				
4- TIPO DE MATERIAL CONSTRUTIVO DA BARRAGEM / RESERVATÓRIO									
Terra não compactada ()		Terra compactada ()		Rejeito compactado ()		Rejeito não compactado ()			
Rejeito ciclonado na crista ()		Enrocamento filtrante ()		Enrocamento com vedação de terra ()					
Outro tipo () Descrição sumária									
5- TIPO DE ALCEAMENTO									
Sem ()		Montante ()		Jusante ()		Eixo ()		nº de etapas de alcance ()	
Descrição sumária:									
6- TIPO DE REJEITO/RESÍDUO ARMAZENADO									
Tipo de minério:					Beneficiamento:				
Tipo de resíduo:									
Granulometria (top size - %)		<10# ()		<40# ()		<100# ()		<200# ()	
Classificação do rejeito/ resíduo: classe		Perigoso ()		Não inerte ()		Inerte ()			
Produtos químicos utilizados:					Produtos químicos agressivos				
7- SISTEMA DE LANÇAMENTO DO REJEITO/RESÍDUO									
Tubulação/bombado ()		Calha/canal ()		Tubulação por gravidade ()		Talvegue natural ()			
Equipamento terraplanagem ()					Outro ()				
8- TIPO DE VERTEDOURO									
Adução/soleira:		Tulipa ()		Ogiva ()		Canal ()		Poço ()	
Canal lateral ()		Outro ()							
Calha:		Revestida ()		Sem revestimento ()		Galeria ()		Escada ()	
Tubo envelopado ()		Outro ()							
Dissipação:		Viga de impacto ()		Dissipação natural ()		Resalto hidráulico ()		Escada ()	
Salto de esqui/fossa de crovão ()					Outro ()				
9- TIPO DE ESTRUTURA DE DESVIO									
Bombamento ()		Canal ()		Galeria ()		Tubo envelopado ()		Outro ()	

10- FICHA TÉCNICA DA BARRAGEM		
Área da bacia de drenagem: (m²)		Área do reservatório: (m²)
Altura máxima final (m):		Altura máxima atual (m):
Comprimento final da crista (m)		Comprimento atual da crista (m)
Volume total final do aterro da barragem		Volume total atual do aterro da barragem (m³)
Volume final do Reservatório: (Vr em m³)		Volume atual do Reservatório: (Vr em m³)
Descarga máxima do vertedouro (m³/seg):		
11- SITUAÇÃO DA ÁREA A JUSANTE		
Ocupação Humana (No. de habitantes):		Interesse ambiental(descrever):
Instalações / Atividades econômicas (descrever):		
12- DESENHOS BÁSICOS NECESSÁRIOS		
Planta arranjo geral	Barragem: seção transversal típica	Seção longitudinal pelo eixo
Instrumentação:		Vertedouro - seção longitudinal pelo eixo
13- RESPONSABILIDADES PELA BARRAGEM E PELO EMPREENDIMENTO		
Projetista da barragem: Nome:		Registro profissional:
Construtor da barragem: Nome:		Registro Profissional:
Responsável Técnico pelo preenchimento deste Cadastro: Nome: Registro Profissional: Assinatura: Local e data:		
Responsável Legal pelo empreendimento (indústria ou mineração): Nome: Registro Profissional: C.P.F.: Assinatura: Local e data:		

Instituto de Previdência do Estado de Roraima

Presidente: **Ronaldo Marcílio Santos (interino)**

ATA DA 222ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP

Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Previdência – CEP realizada no dia 12 de dezembro de 2017, às 14h08min, para tratar de assuntos relacionados ao IPER. Registra-se ainda a presença do Diretor-Presidente do IPER, Sr. Carlos Praia e do Diretor Financeiro, Sr. Gabriel Sanches Bussad. Assuntos em pauta na forma a seguir: 1. Leitura e aprovação da ata da reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2017; 2. Apresentação FI RECUPERAÇÃO BRASIL via conference call - O Sr. Jaime, representante da BRZ Investimentos apresentou a equipe ao Conselho e fez um breve histórico da atuação da BRZ no FI Recuperação Brasil. Logo após abordou assuntos sobre: Composição dos ativos que compõem a carteira do fundo (59,95% Crédito Privado, 21,81% Títulos Públicos, 0,51% Caixa e 17,73% Bloqueio Judicial); Rentabilidade e evolução do Patrimônio Líquido. Conforme o representante da BRZ, o compromisso dos gestores desde que assumiram o Fundo é não comprar nenhum crédito privado e todo valor que for recuperado será devolvido para o investidor. E se o investidor quiser investir em crédito privado existem outras opções mais apropriadas de serem apoiadas. Apresentou também uma visão geral dos ativos que compõem a Carteira do Fundo e uma comparação entre o valor que está na Carteira (R\$ 173.499.600,52) e o valor que está em disputa judicial (R\$ 94.860.916,94). Informou ainda que o Fundo pagou em agosto as movimentações que já estavam programados antes de ser declarado seu fechamento para resgates, respeitando o prazo de 730 dias e que a BRZ Investimentos está finalizando plano para amortização do caixa excedente atual, que será realizada de forma proporcional para todos os cotistas do Fundo. Após, falou do histórico, status e próximos passos de cada um dos ativos, conforme a seguir. Tipo de ativo: Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF) - Banco Rural - Em agosto de 2013 foi decretada liquidação extrajudicial do Banco Rural; Atualmente, aguarda a elaboração de quadro geral de credores, nos termos do art. 25 da Lei 6.024/74; Valor no fundo: 100% provisionado. CDB - Banco BVA - Falência do BVA decretada em setembro de 2014; Há o questionamento sobre se o CDB é quirográfico ou subordinado. Em junho/17 foi publicado despacho requisitando a manifestação do administrador judicial sobre o assunto. LF – Banco BVA - Falência do BVA decretada em setembro de 2014; Atualmente aguarda-se a alienação dos ativos, bem como a consolidação do quadro-geral de credores. Medidas Judiciais: Impugnação das CDBs e Alienação parcial da Carteira de crédito da massa falida. O Sr. Gabriel Sanches, solicitou aos representantes da BRZ que fosse feito um levantamento em relação as massas falidas pra que se tenha conhecimento onde o Instituto está na ordem de prioridade pra receber o recurso em relação a cada um dos ativos que o mesmo está pleiteando. CDB – Banco PAN - O caso do Banco PAN consiste em três CDB's, o CDB 1 teve seu vencimento em junho de 2015, e foi integralmente quitado pelo banco. Contudo, este CDB tem sua titularidade contestada pelo credor original, e os recursos estão depositados judicialmente até que o processo seja resolvido. CDB 2 e 3 - Banco PAN – Em janeiro/2012 foi distribuída ação na qual o Banco Panamericano pede a nulidade de diversos CDBs emitidos pelo banco; Os dois certificados (CDB 2 e CDB 3) ainda estão vigentes, e tem seu vencimento em dezembro de 2020; Em 06.4.2017, expedição de Ofício ao Banco Bradesco solicitando a identificação de quem são os atuais detentores dos CDB's que se encontram no Fundo de Investimento Diferencial Renda Fixa Longo Prazo. LF – BMDG - A emissão de LF do Banco BMDG existente na carteira foi realizada em oferta pública com esforços restritos e tem seu pagamento integral no vencimento; O Banco apresenta adequada condição de liquidez. CCI - Stiebler Arquitetura - Em 2014 foi iniciado o processo de execução; Está em fase de obtenção de documentos da operação. Apresentou ainda um resumo das alterações do mês, entre outros assuntos. O Sr. Gabriel Sanches, Diretor Financeiro do IPER, perguntou aos representantes da BRZ Investimentos até que ponto vale a pena continuar no fundo pagando taxas e aguardando a recuperação do mesmo e se vale a pena liquidar ou não? O representante da BRZ, disse que tem bastante valor recuperar o fundo e que supera de maneira muito objetiva o valor da taxa de gestão que é cobrada, porém se verificarem que não existe nenhuma chance de realização que justifiquem manter o fundo, provavelmente irão sugerir a liquidação do mesmo. Quanto as garantias dos ativos, o Sr. Jaime, disse que estão fazendo um trabalho apurado para entenderem qual o valor atual dessas garantias para tentar alguma recuperação nesses ativos. Nada mais havendo a tratar, o presidente do CEP, Marlissom Lobato, agradeceu a presença de todos. Em seguida, às 15h24min, declarou encerrada a reunião. Sendo que eu, Chelra Lima Peixoto, secretária deste CEP, lavrei a presente ata, assinada por mim, pelos membros deste Conselho, nominados e referenciados a seguir: MARLISSON CAJADO LOBATO Representante Titular dos Servidores Ativos/ Presidente do CEP ALINE KARLA LIRA DE OLIVEIRA Representante Titular do Governo do Estado HERBENIA CELI BANTIM MARQUES FERREIRA Representante Titular do Governo do Estado EMILCY MATOS DO NASCIMENTO Representante Titular da Sociedade Civil KENNEDY CAVALCANTE MACHADO Representante Titular dos Aposentados e Pensionistas

ATA DA 223ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP

Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Previdência – CEP realizada conjuntamente com o Conselho Fiscal na sede do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, no dia 12 de dezembro de 2017, às 15h39min, para tratar de assuntos relacionados ao IPER. Os